

Segundo a sociologia, o conceito de etnocentrismo é definido como a valorização de uma cultura considerada “superior” em seus modos, posições e inserção dentro de uma sociedade, ocasionando a desvalorização de outras culturas. Nesse contexto, a sociedade contemporânea brasileira, mostra-se desigual no processo de valoração dos povos e comunidades tradicionais. Desse modo, deve-se traçar estratégias para à falta de representatividade social e preconceito estigmatizado.

Dessa forma, em primeira análise, a falta de um corpo social representativo denota-se um entrave na composição de uma organização social. Afirmando a escritora, Rupi Kaur, que a “representatividade é vital”; e nessa perspectiva de vitalidade, a fuga do sistema padrão é um ato de estratégico de sobrevivência dos povos indígenas, os quais, por seus desempenhos de proteção as florestas nacionais vêm ganhando notoriedade e nome nos espaços políticos, como o de Sônia Guajajara, deputada Estadual que reivindica direitos sociais dos povos originários e denuncia os impactos ambientais na Amazônia.

Além disso, o enraizamento do preconceito de massa, acarreta embates na inserção da voz ativa dos povos de terreiro. Em seu livro, lugar de fala, a socióloga Djamila Ribeiro exemplifica que o corpo negro é inserido em espaços de marginalização, gerando uma visão social crônica nos de dominação e acarretando o silenciamento de um povo tradicional marcado, ainda, com o imaginário do Brasil colônia.

Portanto, faz-se necessária uma intervenção à cerca da problemática. Para isso, o Ministério da cultura deve criar propagandas televisivas, dentro das mídias de massa, como a Globo, com intuito de promover a informação em grande escala. Paralelamente, visibilizando espaços de discursão entre locais de fala do corpo negro. Promovendo, assim, as rupturas de dominação.